



# Rememorar a experiência e pensar as Ciências Sociais na UFG e no Brasil: uma conversa intergeracional

Dalva Borges de Souza

Doutora em Sociologia (Universidade de Brasília)  
Professora colaboradora da Universidade Federal de Goiás  
Goiânia, Goiás, Brasil  
[dalvasouza@gmail.com](mailto:dalvasouza@gmail.com)

Lídia dos Santos Ferreira de Freitas

Licenciada em Letras-Ingês (Universidade Federal de Goiás)  
Goiânia, Goiás, Brasil  
[lidiaspes@gmail.com](mailto:lidiaspes@gmail.com)

Eliane Gonçalves

Doutora em Ciências Sociais (Universidade de Campinas)  
Professora da Universidade Federal de Goiás  
Goiânia, Goiás, Brasil  
[elianego@uol.com.br](mailto:elianego@uol.com.br)

## Entrevista com a professora Dalva Borges de Souza

**E**m 2014, ano em que o curso de ciências sociais da UFG completa 50 anos, Dalva Borges<sup>1</sup> se aposentou após uma carreira frutuosa de 30 anos como professora da UFG, mantendo seu vínculo com a pós-graduação porque é uma pesquisadora apaixonada. A entrevista que ora publicamos foi engendrada a partir de duas motivações. A primeira, ter um relato de experiência centrado na pessoa mais que nos resultados de uma trajetória que atravessa três décadas. Por que isso seria relevante? Poderíamos enumerar dezenas de razões, mas priorizamos a memória.

Cada vez mais somos tragados e dragados por um tempo que nos consome sem que saibamos ao certo tudo o que fizemos. Trabalhos são realizados, pessoas entram e saem de cena, rotinas são implantadas, descartadas e, quando nos damos conta, o tempo passou. É certo que nesse ritmo, nas circunstâncias nas quais o conhecimento é produzido, pouco ou nada resta para que as relações se aprofundem ou para que compartilhem qualquer coisa para além das nossas produções acadêmicas que também lemos rapidinho ou que nem sequer lemos. Queremos cultivar o respeito pela trajetória de nossos/as colegas que imprimiram suas marcas singulares no modo de ensinar, fazer pesquisa e produzir reflexões e análises nas ciências sociais brasileiras. A entrevista com Dalva Borges está inscrita nesta perspectiva.

---

1. As principais obras de Dalva Borges de Souza são: *Violência, poder e autoridade em Goiás*, publicada pela Ed. UFG, em 2006; *Goiás: sociedade & estado*, em 2009; e *Violência urbana em Goiás: práticas e representações*, em 2011, ambas pela Cànone Editorial.

A segunda motivação, mais “interessada”, é que desejávamos uma entrevista capaz de expressar uma interlocução entre gerações, gerada a partir do diálogo docente/discente, ainda que se tratasse, neste caso, de um encontro recente.<sup>2</sup> São igualmente escassas as oportunidades de interlocução entre professores/as e alunos/as em bases mais igualitárias. Assim, esperamos que o diálogo transcrito abaixo entre a jovem aluna da graduação Lídia Freitas e a “decana” Dalva Borges nos ensine algo acerca das infinitas possibilidades que um encontro pode produzir.

**L.S.F.F: Professora, a senhora se formou em Ciências Sociais pela UFG em 1981, concluiu seu mestrado em história também pela UFG em 1991 e obteve o título de doutora em Sociologia pela UnB em 1999. Sua experiência de docência na UFG começou antes mesmo do mestrado, em 1984. Detalhe um pouco a sua trajetória acadêmica.**

D.B.S: Em 1984 eu ingressei na UFG como professora substituta. Trabalhei assim durante os dois anos permitidos, que foram 1984 e 1985. Em 1986 eu fiz o concurso para professora efetiva. Foi interessante porque havia uma proibição de contratação de professores que venceria em 1986 e a universidade, como sabia aproveitar essas brechas, deixou tudo pronto de forma que, quando vencesse o decreto, já fosse aberto o concurso. De fato foi o que ocorreu. Eu fiz o concurso e assim fui contratada como professora definitiva. Eu entrei para o curso de Ciências Sociais um pouco tarde na minha trajetória de vida. Eu tinha iniciado um curso de História. Embora durante o ensino fundamental – naquele tempo curso clássico ou científico –, eu tenha optado pelo científico com uma pretensão de fazer o curso de medicina, desisti depois porque me apaixonei pelas ciências humanas. Em 1971 eu cursei o primeiro ano do curso de História, mas depois eu casei, mudei daqui, fui trabalhar e deixei a universidade. Em 1978, quando meus filhos já estavam um pouco maiores, é que eu pude voltar, fazer um novo vestibular e aí a opção foi pelo curso de Ciências Sociais. Durante esse curso, fui monitora de ciência política, área por que optei. Eu atuei nessa área até concluir o doutorado. Durante o doutorado é que eu me interessei mais pela sociologia (eu fiz doutorado em Sociologia pela UnB). O mestrado em história foi uma opção quase que compulsória pela impossibilidade de sair daqui, mas foi, de qualquer forma, muito importante também para a minha formação. Atuei na área de ciência política, então, por

muitos anos, sempre trabalhando em uma perspectiva da sociologia política, e depois fui para a sociologia. Meu interesse inicial de pesquisa, já no curso de mestrado, foi por um tema que marcou muito a minha geração, a ditadura militar; então eu fiz uma pesquisa sobre o golpe de 64 em Goiás, sobre a conjuntura da deposição do governador Mauro Borges. Nesse tempo nós estudávamos muito a questão agrária, o campo, que por aqui estava se transformando completamente. Goiás era visto ainda como um estado agrário, então a área de concentração do mestrado em história era justamente História das Sociedades Agrárias. Posteriormente, eu ingressei na UNB com um projeto que pretendia comparar a repressão violenta no período do Estado-Novo e no regime militar de 64. No entanto, a esperança de que os arquivos do DOPS, que estavam sendo abertos, pudessem trazer alguma luz para esse período mais recente não se concretizou. Comecei então a me interessar pela violência nas relações interpessoais, pela violência institucional e me direcionei para essa área. Constituí depois um grupo de pesquisa e tem sido interessante trabalhar com esse tema.

**L.S.F.F: A senhora integra uma geração que experimentava um certo intervalo entre as etapas de graduação, mestrado e doutorado. A minha geração aspira se doutorar aos 27. Por que mudanças passou a universidade entre essas gerações? A senhora considera que os jovens pesquisadores de hoje têm tido tempo adequado de reflexão e amadurecimento de suas práticas e temas de pesquisa?**

D.B.S: Essa é uma questão muito interessante. Se você toma os professores da minha geração na UFG, em geral, eles guardaram um tempo muito grande entre a graduação e o mestrado e entre o mestrado e o doutorado. Reconstruindo isso, dentro da faculdade de Ciências Sociais, a gente pode perceber uma coisa que eu acho que tem um peso muito grande, que é a pesquisa. Naquele tempo, ela era muito pouco valorizada, não havia recursos para ela. Aqui, dado o fato de a universidade ser muito jovem e o curso de Ciências Sociais ser também muito jovem, não havia uma cultura de pesquisa. A gente não tinha os instrumentos, não tinha os recursos, dava-se muita aula, o quadro de professores era muito restrito e nós ficávamos envolvidos apenas nesse cotidiano de aulas. Fazia-se bastante extensão, mas a pesquisa era muito rara. O curso de história, por ter criado um mestrado mais cedo, em um convênio que foi feito

2. Lídia é aluna de iniciação científica (Pivic) no projeto “Transmissão geracional no feminismo brasileiro (1980-2010)” coordenado pela professora Eliane Gonçalves e não cursou disciplinas com a professora Dalva Borges. O convite para a realização da entrevista foi aceito e Lídia se aproximou do pensamento da autora a partir da leitura de seus livros e artigos, o que nos permitiu a elaboração compartilhada do roteiro.

com a USP, iniciou a realização de pesquisas. O professor Palaccin,<sup>3</sup> as professoras Dalísia Doles,<sup>4</sup> Maria Augusta Santana<sup>5</sup> e Lena Castelo Branco<sup>6</sup> foram os que de fato começaram essa cultura da pesquisa nas ciências humanas em Goiás. No departamento de Ciências Sociais, os professores iam fazer mestrado, mas depois retornavam e ficavam um tempo muito grande sem poder sair para fazer o doutorado, até porque não havia quem os substituísse. Hoje isso é mais maleável. Nós fazemos escalas de quem vai sair, de acordo com o tempo de ingresso. Hoje, ou você tem o doutorado ou você não consegue permanecer. Então, acho que a diferença fundamental foi criar uma cultura de pesquisa. Você hoje tem que ter projetos de pesquisa, captar recursos fora e os recursos estão disponíveis. Não faz pesquisa hoje quem não quer. As agências financiadoras estão aí e se você sabe elaborar um projeto, você obtém os recursos. Esta é mesmo a diferença. Houve, em um determinado momento na faculdade de Ciências Sociais, um fato muito marcante. Nesse tempo o chefe do departamento era o professor Francisco Itami Campos e ele exerceu uma liderança importante a fim de incentivar os professores a elaborar projetos de pesquisa, formar grupos de pesquisa e sair para fazer suas pós-graduações. Alguns professores haviam até iniciado sua pós-graduação, mas haviam parado no meio do caminho, não haviam defendido sua dissertação ou tese, e aí todo o planejamento feito nesse momento foi para recuperar esses mestrados que estavam iniciados, foi feito um arranjo para que um professor pudesse cobrir as aulas do outro, para que cada um pudesse se afastar. Nesse momento, formou-se um grupo de pesquisa no departamento que resultou na pesquisa “Goiânia anos 80”, coordenada pela professora Genilda D’arc Bernardes e pelo professor Francisco Rabelo. Inclusive, o professor Ricardo, que é hoje nosso colega, àquela época participou como aluno. Essa pesquisa apresentou um estudo sobre diversos bairros de Goiânia e foi um marco. Não foi publicada, infelizmente, mas teve um resultado muito bom por incentivar a prática da pesquisa no departamento. A partir daí, dessa saída dos professores para fazerem seu mestrado e depois doutorado, é que nós pudemos pensar na criação de um programa de pós-graduação. Naquela época, eu me lembro, eu estava na chefia do departamento. Se não me engano era 1991 ou 1992. Elaboramos um projeto e estávamos aguardando alguns professores retornarem para compormos um quadro de professores doutores que sustentasse esse projeto, mas como

muitos que retornavam pediam aposentadoria, esse projeto foi sendo adiado. Ele só foi possível em 1999, quando nós começamos com a primeira turma do mestrado. O mestrado consolida essa cultura de pesquisa. Voltando à sua questão, se o tempo de amadurecimento hoje é curto. Eu acho que é, mas as coisas hoje são assim mesmo. As carreiras são construídas muito celeremente. Eu acho que falta sim esse amadurecimento intelectual, no entanto, eu acho que há um ganho muito grande também, em termos de produção e da inserção de alunos na pesquisa. Se esse aluno que está hoje concluindo um doutorado aos 27 anos, começou lá no PIBIC/PIVIC, ele vai ter tempo de se formar como um pesquisador, porque isso não se faz só no mestrado e no doutorado. Essa formação se faz principalmente nos programas de iniciação científica. Eu acho que isso é uma coisa importantíssima. Os bons alunos que eu tive, que conseguiram ter uma carreira docente em universidades, foram aqueles que iniciaram na pesquisa muito cedo, como alunos de PIBIC ou PIVIC. Eu acredito que se perde um pouco nesses mestrados muito curtos. Hoje são dois anos para o mestrado, quatro para o doutorado e a UFG quis ser ainda mais realista que o rei e criou um doutorado de três anos, algo absurdo! Você não tem um tempo como tinha antes para produzir aquelas grandes obras, de interpretação do Brasil, mas hoje é tudo corrido mesmo. Faz parte do nosso tempo.

**L.S.F.F: Recentemente, em uma aula magna sobre a crise na USP, a professora Marilena Chauí afirmou que vivemos a fase da “universidade operacional”. A senhora concorda com essa visão? Estaríamos nós, professores e alunos, sofrendo e protagonizando a era do produtivismo acadêmico?**

D.B.S: Concordo plenamente. Estamos mesmo. Hoje é “publique ou morra”, e publique nas grandes revistas. Nem cabe tanta gente nas grandes revistas, mas de toda forma você é obrigado a tentar. No exterior, nas grandes revistas internacionais, você tem de pagar para publicar e não é barato. Veja, isso faz parte dessa fase do capitalismo que estamos vivendo. É um produtivismo tal que aquilo que você publicou hoje, que fez um esforço enorme para produzir atendendo a todas as exigências, será consumido tal como se consumem os bens de consumo mais fugazes. Quase nada é duradouro. Essa é a marca do nosso tempo e se quisermos sobreviver na universidade, sobreviver numa

3. Luís Palaccin foi padre jesuíta e doutor em História pela Universidade Complutense de Madri. Veio para Goiás na década de 1960 e se tornou professor da UFG. Iniciou a pesquisa documental sobre Goiás, sob influência da Escola dos Annales.

4. Concluiu o doutorado em História Econômica pela USP e foi professora da UFG.

5. Concluiu o doutorado em História pela USP e foi professora da UFG.

6. Concluiu o doutorado em História pela USP e foi professora da UFG de 1962 a 1991.

carreira intelectual, temos de agir assim. E não é uma questão de sobrevivência individual apenas. É quase uma questão de sobrevivência da espécie, sobrevivência coletiva. Você tem uma avaliação da CAPES que avalia o seu programa e diz que você não atingiu os pontos necessários para manter a nota ou aumentar a nota. É uma questão de compromisso com o grupo, com a equipe. Daí a necessidade de correr contra o tempo para publicar cada vez mais coisas que são, muitas vezes, absolutamente desnecessárias.

**L.S.F.F: Apropriando-se da noção de processo civilizatório, de Norbert Elias, a senhora sustenta em seu livro *Violência, poder e autoridade em Goiás que o estado passou por uma “modernização conservadora”*, tendo a violência como modelo ou estrutura para a resolução de conflitos. O curso de Ciências Sociais da UFG teve seu nascimento em 1964, pleno ano do golpe militar. Nas décadas de ditadura militar, a violência imposta pelo regime (tanto física quanto institucional) vem somar-se a essa já existente violência estrutural em Goiás. Como o curso de Ciências Sociais e a UFG como um todo se inseriram e foram afetados nesse contexto de dupla violência?**

D.B.S: A verdade é que a UFG nasce nesse contexto e o curso de Ciências Sociais também. Nós tivemos uma experiência interessante um pouco antes, que o regime acabou fechando, que foi o Instituto de Estudos Brasileiros. Ele foi quase um curso de ciências sociais antes mesmo do próprio curso de ciências sociais. Foram reunidos professores de diversas áreas e se criou esse instituto, que não ministrava um curso de graduação, mas estava voltado para o estudo de problemas do Brasil, de Goiás etc., e que sofreu a repressão, terminando por ser fechado. O curso de ciências sociais foi marcado sim pelo regime, pela perseguição de professores e de alunos. Vários professores e alunos, volta e meia, eram chamados a prestar depoimentos, eram chamados ao DOPS e até presos. Não a minha geração, mas a geração dos meus professores. Foi de fato um momento bastante complicado para se criar um curso que traz muita reflexão crítica, que exige uma liberdade de lidar com uma literatura muito diversificada, em um momento em que se estudava muito o marxismo e que havia uma grande adesão a ele. Havia sim a repressão. Nós sabíamos, por exemplo, que havia alunos, nossos colegas, que eram agentes do DOPS. Eles se sentavam na sala de aula conosco, mas estavam lá pra investigar, fiscalizar, saber quem falava o quê. Os cursos corriam e havia, dentro do possível, a militância, mas foi uma coisa bastante complicada.

**L.S.F.F: A senhora considera que institucionalmente o curso foi afetado, quanto ao projeto político-pedagógico, por exemplo?**

D.B.S: Eu talvez não possa responder pelos primeiros alunos, mas acredito que não. O curso nasce com muitos professores do curso de direito, então você tem essa marca, mas você tem, por outro lado, uma primeira turma de alunos muito interessados na pesquisa. Eu estou me referindo, por exemplo, a Pedro Wilson, Maria Alice, Servito. Eram pessoas realmente interessadas, faziam leituras extras, promoviam seminários, até para quebrar esse peso do direito, da orientação jurídica que estava impressa no curso. Eu mesma tive professores do direito quando comecei o curso de história, mas a universidade já havia avançado muito nessa época. Isso aconteceu em geral no Brasil.

**L.S.F.F: Professora, nós temos acompanhado nos últimos anos uma relativa democratização do acesso à universidade pública no Brasil, com a inclusão de categorias anteriormente alijadas do processo de educação superior. Ao mesmo tempo, tem aumentado também o índice de evasão em cursos como Ciências Sociais. Em sua opinião, quais são os atuais desafios e perspectivas na formação de cientistas sociais? Para onde caminham as ciências sociais no Brasil?**

D.B.S: Essa é uma pergunta difícil de responder. Eu gostaria de ter mais clareza sobre isso, mas não tenho. Eu acho que de fato houve uma expansão enorme do ensino superior, que não se deu só na universidade pública. Ela se deu muito na universidade privada. Parece-me que agora isso está chegando a um limite. Foi feito um investimento gigantesco no ensino superior. Quando nós pensamos que a UFG praticamente dobrou de tamanho em poucos anos ninguém acredita. Se você contar isso em outros países, ninguém acredita que isso possa ter sido feito. Houve algum investimento também no ensino básico, nas primeiras séries, mas o ensino médio ficou muito relegado tanto em qualidade quanto em capacidade de a escola absorver o aluno, incorporá-lo, tornar a escola interessante para ele. Então, eu acredito que agora nós chegamos a um limite de quem pode alcançar a universidade e de quem pode permanecer nela. Apesar de todas as bolsas e de todos os programas oferecidos, muitas vezes o jovem tem de se dedicar ao trabalho ou mesmo não se interessa mais, principalmente nos cursos de humanidades, porque o mercado é restrito e ruim. Não podemos negar isso. O professor não é valorizado, nem financeiramente nem quanto ao seu prestígio. No caso do curso de ciências sociais, as opções são muito poucas. Existe futuro sim, há muita

gente interessada, mas eu acho que o interesse pelo curso de ciências sociais já foi maior. As cotas são importantíssimas, mas comprometem também algumas escolhas. Elas talvez possam ampliar a incorporação de alunos que não fizeram a escolha por aquele curso, algo que talvez venha a ser agravado pelo SISU também, porque agora o aluno pode pular de universidade em universidade. Isso pode vir a ampliar a evasão. Eu considero que agora, depois de o ensino superior ter se expandido tanto, deve haver uma atenção maior para o ensino médio para manter o jovem na escola, para que ele possa chegar a fazer uma opção por um curso superior como ciências sociais. Mas, para que isso aconteça, a escola tem de ser mais interessante do que é hoje.

**L.S.F.F: A senhora considera que a formação no curso de Ciências Sociais hoje é adequada? Muita coisa mudou desde a época em que fez sua graduação?**

D.B.S: Eu passei por diversas etapas dentro do curso de Ciências Sociais. Quando eu entrei na universidade, nós tínhamos o sistema de créditos. Era bastante livre. Você podia fazer uma grande bagunça com o seu currículo porque não havia controle informatizado de nada. Você às vezes fazia matrícula em mais de uma disciplina para o mesmo horário e o departamento não tinha formas de regular isso. Outra coisa que era possível também era fazer disciplinas sem pré-requisitos, justamente por não haver o controle institucional. Não havia computador naquela época e era no papel que o chefe de departamento fazia a grade. De toda forma, o aluno era muito mais capaz de fazer as escolhas, de selecionar uma disciplina que interessava a ele na filosofia e outra na história, por exemplo. Hoje eu sei que isso é possível, mas de maneira bem mais restrita. Por vezes o aluno montava seu currículo de uma maneira muito mais criativa do que hoje é possível fazer. Posteriormente, nós tivemos uma fase de engessamento total, que foi o sistema seriado anual. Esse sistema formou excelentes alunos, mas era quase como se estivéssemos em um colégio interno. Saímos do mais absoluto descontrole para um controle extremamente rígido. Depois, houve uma flexibilidade com esse regime atual, que acredito ser um híbrido, como um seriado semestral. Hoje você não tem mais o descontrole e não tem também a rigidez. Acho que perdemos um pouco o sentido de turma que o seriado proporcionava, e acho que perdemos também aquele acompanhamento mais próximo que o professor fazia da turma. No entanto, esse sistema atual é mais flexível. O aluno tem mais liberdade com núcleos livres e mesmo com o núcleo

específico. O currículo hoje é interessante. O que nós percebemos, e isso tem a ver com o que eu falava antes sobre o ensino fundamental e o médio, é que os alunos estão chegando com uma carga muito pequena de leitura e com pouco interesse não só pela leitura dos textos acadêmicos, mas pela leitura de textos literários, jornais, revistas etc. Acho que isso é prejudicial em um curso de humanidades. Se você não se interessa pelo mundo, o que está fazendo em um curso de ciências sociais? Entretanto, acho também que isso é uma marca do tempo. Vivemos um tempo de cultura audiovisual e vamos ter de nos adaptar a ela.

**L.S.F.F: A senhora recentemente se aposentou. Atualmente, o que tem pesquisado? Quais são os seus projetos futuros?**

D.B.S: Eu de fato me aposentei no início do ano passado, porém não quis encerrar as minhas atividades. Eu tenho muitos alunos orientandos na pós-graduação. Já era hora de encerrar esse cotidiano pesado da graduação, mas eu queria continuar com a pesquisa. Estou ministrando uma disciplina compartilhada com a professora Eliane Gonçalves na pós-graduação neste semestre. Uma grande parte de meus alunos defendeu agora o mestrado ou doutorado, mas há pouco tempo eu estava com oito orientandos. As pesquisas continuam voltadas para a violência, a juventude e a criminalidade. Inclusive, nós discutiremos um projeto que pretende investigar o que está acontecendo no Parque Ateneu. Não sei se você acompanhou as notícias dos jornais recentemente, mas os jovens de lá fizeram uma manifestação porque estão acontecendo muitos crimes nessa faixa etária. São 60 jovens assassinados em dois anos e não há resposta, não há explicação, a polícia não consegue solucionar os homicídios. Nós havíamos feito um grupo focal no Parque Ateneu alguns anos atrás e algumas coisas ali me chamaram a atenção. Quero investigá-las.

**L.S.F.F: Essa ineficiência na resolução dos crimes esteve presente também no caso do suposto “serial killer”<sup>7</sup> de mulheres não é mesmo? Houve uma construção midiática dessa figura do motoqueiro assassino.**

D.B.S: Na verdade não deve ser um motoqueiro assassino. O que me espanta nesse caso é a absoluta falta de capacidade de a polícia solucionar qualquer um desses crimes. Há dois meses eles constituíram uma força-tarefa com 15 delegados. Retiraram os delegados lá do interior, onde um delegado é responsável por três ou quatro municípios, e trouxeram para Goiânia para investigar os homicídios. Quase dois

7. Esta entrevista foi realizada em setembro de 2014, anteriormente à prisão de Thiago Henrique Gomes da Rocha, acusado pela morte de 39 pessoas.

meses depois, eles não têm nem exame de balística. Eu não acredito que seja uma única pessoa, mas nós não temos informações suficientes a esse respeito. Em Goiás está havendo um aumento muito grande no número de homicídios. Quando pegamos os dados do mapa da violência, por mais problemáticos que sejam, baseados no SIM Data-SUS, que por sua vez são baseados em atestados de óbito, Goiás aparece em quarto lugar em taxas de homicídio, comparado a outros estados. O primeiro é Alagoas e o quarto é Goiás. Temos uma crise no sistema de segurança pública. Não conseguem elucidar os homicídios. Eu acabava de mencionar o caso dos jovens do Parque Ateneu, que estão fazendo passeata porque vários jovens ali já foram mortos. Da mesma forma são esses crimes em que morreram mulheres de uma determinada faixa etária. Tudo isso vai criando um clima de insegurança tal que tem a ver muito menos com os crimes, que podem até não ter ligação entre si, e muito mais com essa crise institucional. Recentemente temos visto a questão dos grupos de extermínio, da

Operação Sexto Mandamento,<sup>8</sup> do pedido de federalização das investigações<sup>9</sup> porque não se investigam os grupos de extermínio aqui, o envolvimento da alta cúpula da polícia com o crime organizado, a contravenção etc. Tudo isso cria uma crise institucional que faz com que esses eventos relacionados à criminalidade assumam uma dimensão outra. Essa dimensão de que haveria um motoqueiro, um “serial killer”, matando mulheres, ou no caso do Parque Ateneu, onde a polícia não dá respostas para aquilo. A teoria explica isso assim. A crise está em outro lugar. Ela não está no evento em si. Não é um problema de um “serial killer”. Pode até ser, mas para isso tem de se investigar. Aquilo pode ser sintoma de outras coisas, o que gera esse pânico moral.

**L.S.F.F: Professora, muito obrigada por nos conceder seu tempo para a realização dessa entrevista.**

D.B.S: Eu é que agradeço. Foi um prazer.

Data de recebimento da entrevista: 30/10/2014

Data de aprovação da entrevista: 18/12/2014

8. Operação deflagrada pela Polícia Federal para investigar uma organização criminosa formada por policiais militares goianos. Ao final da operação, foram expedidos 19 mandatos de prisão.

9. Em 2013, em decorrência de 40 crimes não solucionados em Goiás, o Procurador Geral da República, Roberto Gurgel, solicitou ao Superior Tribunal de Justiça (STJ) o deslocamento de competência investigativa para a Polícia Federal.